


**Defender o país, defender a história: avaliações, comentários e correções a historiografias estrangeiras sobre a Guerra do Paraguai (1869-1875)**

**Defending the country, defending history: evaluations, comments, and corrections to non-Brazilian historiographies about the Paraguayan War (1869-1875)**



AMORIM, Gabriel Barbosa da Silva \*

 <https://orcid.org/0000-0002-7268-8882>

**RESUMO:** Esse artigo busca analisar como historiadores brasileiros responderam à publicação de dois livros estrangeiros sobre a Guerra do Paraguai, sendo estes *Guerra do Paraguai*, do autor inglês George Thompson, e *A guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguai (1864-1871)*, do autor alemão Luiz Schneider, que foram publicados imediatamente após o fim da guerra, em 1870. Tomando os regimes historiográficos como aporte teórico, desenvolvido por Fernando Nicolazzi e María Inés Mudrovic a partir de François Hartog e Gérard Lenclud, considera as avaliações e correções feitas para a publicação nacional destes dois livros, realizadas por José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) e Antonio de Sena Madureira. Por meio dessa análise, busca-se identificar quais práticas e escritas foram valorizadas e criticadas na elaboração da história da Guerra do Paraguai em sua contemporaneidade por autores brasileiros e estrangeiros, concluindo que a historiografia da guerra teve de ser defendida em texto tanto quanto, e ao mesmo tempo, que o território nacional em batalha.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze how Brazilian historians responded to the publication of two non-Brazilian books on the Paraguayan War, namely George Thompson's "The War of Paraguay" and Luiz Schneider's "The War of the Triple Alliance against the Government of the Republic of Paraguay (1864-1871)," both of which were released immediately after the war's conclusion in 1870. Taking historiographical regimes as a theoretical input, as developed by Fernando Nicolazzi and María Inés Mudrovic based on François Hartog and Gérard Lenclud, considers the evaluations and corrections made for the national publication of these two books, conducted by José Maria da Silva Paranhos Júnior (Baron of Rio Branco) and Antonio de Sena Madureira. Through this analysis, it seeks to identify which practices and writings were praised and criticized in the contemporaneous construction of the history of the Paraguayan War by Brazilian and non-Brazilian authors, concluding that the historiography of the war had to be defended in text as much as, and simultaneously with, the national territory in battle.

**PALAVRAS-CHAVE:** historiografia militar; Guerra do Paraguai; regimes historiográficos

**KEYWORDS:** Military historiography; Paraguayan War; historiographical regimes.

\* Mestre (2022) e Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unesp. Franca-SP. Pesquisa fomentada com bolsa de doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2022/16361-1) Email: gabriel.amorim@unesp.br.



## Introdução

A edição de número 225 da revista carioca *Semana Ilustrada*, publicada em abril de 1865, acompanhava o tema nacional em evidência. A Guerra do Paraguai havia sido deflagrada há poucos meses e ainda não apresentava perspectivas realistas de encerramento. Para esse veículo periódico, era urgente abordar esse evento que ocorria em seu presente. Nesta edição em específico, a função não foi de apenas comentar e satirizar os inimigos paraguaios, como de costume desde o início da guerra, mas responder a outro periódico por algo que foi considerado um ataque. Por meio de um característico sarcasmo presente em seus textos, a revista questiona o “tão interessante e *bem informado* jornal” (*Semana...*, 1865, p. 1801) francês *La Revue des Deux Mondes*, que havia publicado elogios a Solano Lopez em sua última edição: “O governo do Paraguai é paternal, é modelo de instituições livres; o do Brasil é o que há de pior no mundo! Isto diz um grande jornal, publicado em França, a mestra das nações?! Como se escreve a história? O que há de fazer?” (*Semana...*, 1865, p. 1801).

*Como se escreve a história?* Pergunta então a revista. Como a história dessa guerra deveria ser escrita? Que lugar o Paraguai e o Brasil deveriam ocupar na história dessa guerra e, mais importante, na história das nações? A *Semana Ilustrada* não responde às questões, mas formula a crítica e, como cabia a um veículo de imprensa satírico, ridiculariza essa leitura estrangeira sobre um problema nacional ao oferecer combustível aos autores nacionais. Por conta da Guerra, a imagem do Império brasileiro era pintada na Europa de um modo não muito agradável. Logo, era imperativo defendê-la.

Acompanhando esse problema, meu objetivo neste artigo é investigar como essa defesa foi realizada pela historiografia nacional, tomando como suporte a noção de *regimes historiográficos*<sup>1</sup>, que considera diferentes possibilidades para a escrita da história, por meio

---

<sup>1</sup> A proposta inicial dessa noção parte de uma escrita conjunta de François Hartog e Gérard Lenclud (1993), na qual debatem sobre como a historiografia seria uma das formas culturalmente delimitadas de relação com o passado e, portanto, um elemento sintomático de um regime de historicidade. Mais recentemente, a noção foi desenvolvida por Fernando Nicolazzi (2017), que, partindo dessa reflexão, apresenta como possibilidade de análise considerar as demandas, recepções, públicos e avaliações a operações historiográficas, verificando sua relação mútua de verificação dos regimes de historicidade, como proposto por François Hartog (2013). Fomentando o desenvolvimento dessa noção, María Inés Mudrovic (2013) colabora em seus estudos com uma

da análise de sua operação, recepções, públicos, avaliações, comentários e correções. Neste estudo, tomo as avaliações e críticas a dois livros que trataram da Guerra do Paraguai imediatamente após o fim do evento, ambos escritos por autores europeus. Trata-se, portanto, de compreender as recepções, os comentários e correções feitos aos livros *A guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguay (1864-1871)*, escrito por Louis Schneider (1804-1878), publicado na Alemanha um ano após o fim da guerra, em 1871, e no Brasil em 1875, pela mediação de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), conhecido como Barão do Rio Branco, que incluiu extensas notas de rodapé e importantes adições ao apêndice da edição nacional, e *Guerra no Paraguai*, de George Thompson (1839-1876), publicado na Inglaterra em 1869 e traduzido na Argentina no mesmo ano. Com a publicação em espanhol, a resposta brasileira foi realizada através do livro *Guerra do Paraguai: Resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*, escrito e publicado por Antonio de Sena Madureira (1841-1889) em 1870. Por meio das avaliações e correções a estes livros, pretendo evidenciar os critérios e considerações acerca de como a história da Guerra do Paraguai deveria ser escrita em sua contemporaneidade, especialmente sobre como o Brasil e sua história deveriam figurar nessas histórias. Assim, entendo a Guerra do Paraguai como um evento contemporâneo problemático para a historiografia brasileira, que buscou compreendê-lo em seu presente, dando lugar às ações do exército e às decisões imperiais realizadas durante a guerra. Naquele momento, escrever (ou defender) uma história da Guerra do Paraguai seria também escrever sobre o presente.

### **O presente para a historiografia, veto ou possibilidade?**

Retomo então, com a *Semana Ilustrada*, à pergunta “como se escreve a história?” e questiono “sobre qual temporalidade se escreve a história?”. No período da Guerra do Paraguai, fins do século XIX, talvez fosse convencional afirmar que a história fala do passado. É ali, no passado, que o historiador deveria encontrar seus objetos. Luiz Costa Lima (2006)

---

concepção também teórica, em que questiona a relação entre os regimes de historicidade e sua reflexão na produção historiográfica como pressuposto de experiência de tempo que orientam os regimes historiográficos. Minha dissertação de mestrado também colaborou para essa discussão, aplicando as possibilidades de análise apresentada pelos autores citados na investigação de um modo específico de escrita da história militar que tomou como objeto a Guerra do Paraguai e a Guerra de Canudos e foi identificada no período como “literatura militar”; ver Amorim (2022).

demonstra essa convenção ao apresentar as discussões sobre ficcionalidade e realidade na historiografia. Diz o autor que “a escrita dominante no século XIX cumpria o propósito que Ranke enunciara: mostrar o passado ‘como foi’; uma espécie de *mimésis*, no sentido tradicional do termo, que privilegiava o passado.” (Lima, 2006, p. 152). Como apresenta o autor, essa noção de historiografia do século XIX carrega uma relação de discurso, (sobre o) real e tempo, e “a operação historiográfica não precisa conhecer a ‘anatomia’ do objeto que analisa, mas sim, por sua interação com outros objetos, criar a fisionomia do tempo que estuda” (Lima, 2006, p. 153). Analisar historiografia, nesse sentido, consiste em considerar simultaneamente sua formação discursiva e o tempo privilegiado que, convencionalmente, poderia ser resumido ao passado. Somando a esse debate, considerar os *regimes historiográficos* significa também questionar a existência de uma *escrita dominante* ou pelo menos problematizar sua especificidade.

Aprofundando esse problema e evidenciando esse paradoxo a nível nacional, Isadora Tavares Maleval (2015) oferece alguns caminhos para essa discussão. Segundo a autora, o presente configura um *não lugar* no IHGB. Uma escrita sobre o presente não seria chamada de história, pois não poderia contemplar uma análise imparcial e dedicada que só o afastamento temporal poderia prover. Aos registros contemporâneos caberiam o título de *memória* ou *relatório*, registrados e armazenados aguardando o trabalho do historiador do futuro, e não do presente. Mas a guerra talvez tenha sido uma exceção, um “presente sobre o qual era permitido tratar”, como escreve Maleval (2015, p. 186).

Diz a autora que, “diferente do rotineiro, o IHGB tratou de opinar exaustivamente sobre a Guerra do Paraguai no período em que ela transcorreu” (Maleval, 2015, p. 186). Mesmo pelos sócios mais avessos ao tratamento de fatos recentes, como Joaquim Manoel de Macedo.

Diante do urgente, do imperativo político, os constrangimentos epistemológicos da disciplina histórica em relação ao tempo presente parecem sucumbir e o cotidiano da instituição acabou sendo fortemente marcado em função do conflito bélico que teve início em 1864 (Maleval, 2015, p. 186).

Na instituição ocupada pela história, a guerra se tornou tema fixo em toda a sua duração e, durante seis anos, foram publicadas, arquivadas, discutidas, lidas e avaliadas

diversas memórias e relatórios sobre a Guerra do Paraguai. Para os membros, como Manoel de Macedo e Joaquim Fernandes Pinheiro, tratava-se de um trabalho essencial de reunião e perpetuação destes documentos, a fim de evitar o seu esquecimento e proporcionar estudos históricos posteriores. Portanto, ainda que estivessem tratando sobre um evento presente, primeiro se arquivava e depois se estuda. Silenciar sobre a guerra, diz a autora, “não só era algo irresponsável, como também incompatível com os princípios da própria instituição” (Maleval, 2015, p. 191). Para Joaquim Manoel de Macedo, era imprescindível que o Instituto se encarregasse de preparar o historiador do futuro sobre os eventos do presente. Isso significava lembrar dos combatentes como heróis, formar um panteão nacional, exaltar a participação do imperador, destacar as vitórias, justificar as derrotas e, evidentemente, fazer justiça aos homens.

A guerra de fato afetou esse cotidiano. Como demonstra Maleval (2015, p. 193), foram proferidas reclamações sobre a “dificuldade em manter a rotina de trabalhos da instituição mediante o prevailecimento da guerra.” Em um relatório, o membro José Ribeiro de Souza Fontes expôs que “o ânimo de um povo pacífico como o nosso, fatigado pelas comoções que essa guerra justa, sim, porém mais duradoura do que ninguém previa, pouco tenha podido prestar-se às aturadas e fatigantes investigações reclamadas para estudos históricos” (Maleval, 2015, p. 193). Mesmo com a urgência, a cautela e os critérios deveriam prevalecer de algum modo, talvez adaptados. Uma notícia que chegava dos campos de batalha deveria passar pelo crivo da averiguação, “a necessidade do afastamento temporal se fazia premente para a obtenção da verdade histórica” (Maleval, 2015, p. 194). A imparcialidade, o patriotismo e o compromisso de fazer justiça ao país foram critérios valorizados pelo IHGB para a admissão de membros nas décadas seguintes à guerra, como no caso de João Victorino de Barros, João Vicente Leite e Augusto Fausto de Souza, que foram elogiados em pareceres que destacaram seus serviços à pátria ao mostrarem a verdade sobre a guerra através de seus estudos.

### **Escrever sobre a guerra, escrever sobre o presente**

Podemos afirmar que a guerra configura uma exceção a uma regra (dita ou não dita) da historiografia do século XIX? Ou melhor, em que momento foi estabelecido que caberia ao historiador tratar sobre o passado e não sobre o presente?

Essa é uma das preocupações abordadas por Henry Rousso (2016) em seu livro *A Última Catástrofe*, no qual o historiador francês discute o problema do contemporâneo para a historiografia desde a antiguidade até o século XXI e apresenta as indefinições para uma área que se dedica à história do tempo presente. De um modo geral, Rousso pergunta quais marcações temporais dividem o passado do presente, tomando como objeto de estudo justamente aqueles passados que continuam a incomodar o hoje, experiências traumáticas que permanecem como uma memória que ainda é.

O autor pergunta ao leitor se seria possível chamar esses incômodos de “passado”, ou mesmo considerá-los acabados ou encerrados? No presentismo, como argumenta Rousso, a Segunda Guerra Mundial é transformada em um marcador de *catástrofe*. Ela inaugura um contemporâneo que se projeta no horizonte, onde os traumas não se encerram e figuram como um *ainda aí*.

Ao concordar com o autor em seu diagnóstico sobre o presentismo, posso perguntar como (e se) o contemporâneo, ilustrado aqui pelo evento guerra, se relaciona com a historiografia em outros regimes de historicidade. Rousso nos dá pistas. A historiografia antiga evidenciava escrever a história como escrita do e sobre seu tempo. Heródoto escreveu sobre o tempo dos homens e não sobre o passado dos deuses. A história pela autópsia é uma história contemporânea, verifica-se o que está evidente no presente. Para esses historiadores, como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, a guerra foi um tema gravitacional e marcador do que seria objeto da História. Segundo autores como François Hartog (1999 e 2011) e Arnaldo Momigliano (2019), escrever história na antiguidade compreendia narrar guerras contemporâneas.

Com essa linha de argumentação, Rousso indica práticas possíveis para a análise de historiografias sobre o presente em um regime moderno de historicidade, como a construção do argumento de verdade, a questão da imparcialidade, a escolha entre objetividade e subjetividade, o estilo de argumentação e de narração, a aplicação ou suspensão do juízo e, por fim, a definição da boa distância temporal entre historiador e seu objeto. Sobre esse último ponto, Reinhart Koselleck (2006) entende que os historiadores modernos hesitariam em escrever histórias que se estendem até a história do tempo presente devido a uma ausência de estabilidade, o que dificultaria o estabelecimento de um ponto fixo para o qual dirigir um olhar retrospectivo. Ou seja, ali há uma certa compreensão de que uma história que se prolonga no tempo presente não se concebe senão como uma

história inacabada, ou em suspensão, mas, de todo modo, diferente do passado. Nessa acepção, sendo o tempo presente provisório, ele não poderia ser colocado em história. Era imperativo lançar luz aos vestígios de passados encerrados, ou encerrar esses passados em busca do avanço.

Com essas questões, retorno então ao IHGB durante o período em que ocorreu a Guerra do Paraguai. Naquele momento, afastar ou vetar histórias que abordassem eventos contemporâneos constituiria um paradoxo, pois, como então compreender historicamente os eventos que ainda estão ocorrendo? Como abordar uma guerra que está, hoje, em andamento? A guerra se fez cada vez mais presente dentre os problemas encarados pelos membros da instituição, impondo problemas às certezas compartilhadas. Um veto apresentado em proposta, mas que não foi confirmado na prática quando se falava de guerras.

A Guerra do Paraguai foi tomada como cenário para uma gama de narrativas militares, dentro e fora do IHGB, em textos produzidos sob uma ótica privilegiada e intimista, a partir do interior da guerra. Autores militares como Alfredo d'Escagnolle Taunay e Dionísio Cerqueira, que viajaram aos campos de batalha e tomaram suas viagens como base para seus textos, exemplificam uma *literatura militar* caracterizada e elogiada ainda no período da guerra pelo foco nas anedotas cotidianas da guerra, pela composição dos soldados brasileiros e inimigos, pelo implemento da autópsia, registro e representação visual dos acontecimentos e por uma profunda descrição geográfica e botânica, apresentadas em textos que reuniram e produziram fontes, relatos, testemunhos e experiências pessoais para a escrita de livros como *A Retirada da Laguna* e *Reminiscências da Guerra do Paraguai*<sup>2</sup>.

Era necessário definir uma posição, um argumento comum sobre as ações e motivações brasileiras perante a guerra e, assim, a defesa se estendeu dos campos de batalha até o texto. Quando autores estrangeiros começaram a escrever e publicar suas próprias histórias da Guerra do Paraguai, a resposta foi imediata. Abordarei aqui dois destes casos.

---

<sup>2</sup> A *literatura militar* de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha é marcada pelo implemento da *autópsia*, pelo registro e a tradução visual dos acontecimentos e dos cenários, intensa descrição geográfica e botânica, pela praticidade e pela pressa causada pelos intensos dias de marcha e emergência dos conflitos (Amorim, 2022).

## O silêncio rompido de Sena Madureira

Com a publicação de *Guerra do Paraguai*, do engenheiro inglês George Thompson, em 1869, uma tradução em espanhol foi imediatamente publicada na Argentina. Em resposta a essa edição, Antonio de Sena Madureira escreveu a sua própria *Guerra do Paraguai*, incluindo a este livro o subtítulo *Resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Como fica evidente, Madureira mirou suas críticas tanto ao autor inglês quanto aos tradutores argentinos.

De acordo com Mario Maestri (2013), Antonio de Sena Madureira foi um militar em atuação durante a guerra, feito prisioneiro por tropas de Solano López logo no início. Recebeu a patente de tenente-coronel findada a guerra e então se dedicou à feitura de seu livro-resposta que será analisado. George Thompson, alvo de seus comentários, foi um engenheiro em atuação pelo exército paraguaio, dedicado especialmente às linhas ferroviárias. Considerado um homem de erudição, foi promovido e condecorado por López durante a guerra com a patente de tenente-coronel após o episódio conhecido como Rendição de Angostura, principal batalha atribuída ao personagem. Referenciado como sendo bem próximo de Solano López, de acordo com ele próprio, seu livro apresenta uma leitura particular do lado paraguaio da guerra.

A construção do livro de Sena Madureira segue a mesma estrutura do livro de George Thompson, mantendo inclusive os títulos dos capítulos. O comentador brasileiro faz um estudo de conteúdo, mas também das escolhas do autor estudado. A edição original de 1870 do livro recebeu prefácio de José Vitorino de Barros, escritor carioca e recorrente colaborador da *Semana Ilustrada*. Dedicou ao livro um prefácio sem dúvida irônico, no qual evoca a conhecida e tipificada “hospitalidade franca e generosa” brasileira para cobrar gratidão dos estrangeiros que a usufruem sem dar os devidos méritos.

Céu ameno, terreno ubérrimo, florestas gigantes, rios oceânicos, montanhas a topetar com as nuvens, é o que lhe dão por não poderem negar, e para alegarem imparcialidade no tocante à apreciação de nosso caráter, de nosso regime social, de nossos costumes, feita a jorros de sarcasmos e a vôos de improvisos entre o ridículo e a indecência (Barros, 1982, p. 1).

O homem estava visivelmente irritado. Sua irritação começa com o “Sr. Thompson” e alcança ainda os argentinos, que receberam o autor inglês com hospitalidade mesmo após



“haver despejado ultrajes contra os exércitos do Império” (Barros, 1982, p. 2). O trecho a seguir sintetiza bem os sentimentos que nutria pelo autor inglês:

Thompson, pseudo-engenheiro, pseudo-militar, péssimo desenhista, ridículo diretor de teatro de bonecos, dócil instrumento das crueldades de seu locado, mordomo da hetera irlandesa, transformada em *suprema* no Paraguai, afinador dos pianos dessa harpia, como declarou Resquim, o tenente-coronel Thompson, que só entrou em fogo na praça de Angostura, onde capitulou logo à primeira intimidação, é capaz de tudo quanto for sacrilégio da religião da verdade e culto da decência (Barros, 1982, p. 2).

Ao declarar Thompson como um farsante em diferentes áreas de sua atuação, Vitorino de Barros descredibiliza tanto autor quanto obra, retirando sua autoridade do texto. Por outro lado, faz do prefaciado livro de Sena Madureira uma resposta, uma oportunidade nobre de “desmascarar embusteiros e pérfidos”. Ao contrário do Sr. Thompson, Sena Madureira tinha a seu favor os verdadeiros méritos da guerra, “laureado em muitos combates e ferido gravemente em um deles, está de certo nas melhores circunstâncias de bem aquilatar os feitos das forças aliadas” (Barros, 1982, p. 3).

Com a publicação do seu trabalho presta o jovem e muito inteligente oficial grande serviço à pátria; desmascara os falsificadores dos fatos, reduz a devidas proporções os pretensos conquistadores de glórias, açama a difamação e abre caminho por onde os futuros historiadores da maior guerra do sul-americano terão de seguir se não quiserem embargar o passo nas mistificações, hipocrisias e perfídias de escritos falazes e comentários da encomenda de vaidades abatidas e de máscaras arrancadas (Barros, 1982, p. 3).

Conclui seu prefácio com a certeza de que o trabalho de Sena Madureira receberá a justiça devida, será lido e tomado de estudo pelo futuro, enquanto os trabalhos do Sr. Thompson e de outros caluniadores estarão “condenados à poeira das estantes, à traça das bibliotecas, senão aos embrulhos das confeitarias” (Barros, 1982, p. 3).

Na seção de introdução, Sena Madureira dá continuidade ao descrédito iniciado pelo prefaciador. O leitor ignorante à obra de Thompson receberia aqui, logo nas primeiras páginas, uma imagem inteiramente desmontada de méritos do autor inglês. Para tal, Sena Madureira toma como principal argumento a questão do distanciamento temporal necessário entre o estudioso e seu objeto, ou seja, a relação entre o historiador e seu tempo

presente. Inicia: “parecia cedo ainda para delinear e apreciar devidamente em todas as suas faces e peripécias o drama sanguinolento, que acaba de findar na América do Sul pela morte do mais bárbaro dos tiranos” (Sena Madureira, 1982, p. 5). E continua:

Assim, pelo menos, aconselhavam a calma e imparcialidade que deve guardar a história na narração de feitos tão importantes, que serão sem dúvida inesgotáveis fontes de saber e de experiência, para os homens destinados a reger os futuros destinos dos povos sul-americanos (Sena Madureira, 1982, p. 5).

É preciso comentar esses trechos. Primeiro, me atento à importância denotada à guerra e à Solano López. Um grande evento para a história da América do Sul, e um grande personagem para a história dos homens, um drama sanguinolento causado pelo maior dos tiranos. Em seguida, encontro algumas definições de caráter prescritivo a este tipo de trabalho: narrar essa história requer calma, paciência e imparcialidade, afinal, trata-se de feitos importantes, úteis para a experiência e decisivos para os (plurais) futuros dos povos envolvidos. Do presente não se tiram lições, mas quando, então, esse evento se torna passado? No parágrafo seguinte, o autor oferece um possível recorte. Aqueles que se adiantaram no processo de escrita, “estranhos em maioria à causa” ou “sedentos de renome ou de vingança”, o fizeram ao publicarem seus textos antes “de cair a tela sobre o cadáver do déspota” (Sena Madureira, 1982, p. 5). Logo, antes da morte de Lopez, que simboliza o fim da guerra, estes apressados apresentaram “os fatos mais grandiosos dessa gloriosa e porfiada luta por entre o prisma de suas paixões e interesses mesquinhos”, ainda assim, ressalva, “deixando apenas que alguns raios tíbios da luz da verdade transpareçam no meio das falsas cores com que atreveram suas narrativas” (Sena Madureira, 1982, p. 5). Para o autor, não existe possibilidade de visão esclarecida e imparcial quando ainda ocorrem os acontecimentos.

Sendo justo com o autor britânico, Sena Madureira não deixa de mencionar que o cargo ocupado por Thompson, engenheiro militar, bem como “sua qualidade de estrangeiro” poderiam garantir a imparcialidade necessária para tratar não apenas dos acontecimentos presentes, mas também dos passados, que estavam “sob suas vistas” (Sena Madureira, 1982, p. 5).

Dado o voto de confiança, o retira logo em seguida. Desde o prefácio se decepciona ao constatar que o autor “de boa ou falsa fé” (Sena Madureira, 1982, p. 5) opta, segundo

ele, por ignorar “os benefícios e proteção” enviados ao Paraguai pelo Brasil nos antecedentes da guerra. Nesse ponto, Sena Madureira reflete acerca do direito sobre a guerra, sobre a chancela, ou necessidade, de resposta imperial aos ataques de López. Na leitura de Sena Madureira, Thompson está sempre fora de sincronia, se apressa para abordar os fatos e se atrasa no reconhecimento de que Lopez teria sido um tirano, e, para isso “não há explicação plausível às palavras do engenheiro britânico” (Sena Madureira, 1982, p. 6).

Assim como seu prefaciador, Sena Madureira inclui em sua crítica os tradutores argentinos que proporcionaram a leitura da obra em espanhol. Estes, segundo explica, pioram o cenário, “tentando corrigir as inexatidões e calúnias que contra as forças da aliança atirou o autor, [...] fazem recair toda a culpa sobre o Exército e Armada do Brasil”. Com sarcasmo, admite que “não nos causou espanto mais esta prova de seus sentimentos *amistosos*”:

Assim, deixamos aqui consignado, que não foi a obra do Sr. Thompson e sim as anotações argentinas que fizeram com que rompêssemos o silêncio que se deveria guardar ainda sobre as operações de longa e gloriosa campanha, a que *somente as armas brasileiras*, tão depreciadas na obra de que nos vamos ocupar, acabam de pôr um termo honroso (Sena Madureira, 1982, p. 6).

Com acesso à tradução em espanhol advinda (e piorada) pelas mãos dos aliados argentinos, o autor se sentiu na obrigação de entregar à apreciação do Exército e do público geral um trabalho digno e justo sobre o evento. A Guerra do Paraguai, transformada em evento histórico, deveria ser domesticada aos públicos nacionais.

Adentrando os capítulos, a posição do autor é cada vez mais veemente e unitária. O primeiro tópico que lhe incomoda é o da raça e escravidão. Thompson, segundo cita, argumenta que a permanência da escravidão no Brasil colocaria a raça brasileira em uma escala abaixo de humanidade. Sena Madureira rebate, perguntando como isso seria possível, já que a composição racial do Brasil e do Paraguai seriam, na verdade, muito parecidas. Aproveita para ironizar a preocupação de Thompson, “inglês de origem” sobre a escravidão, já que certamente “viu com bons olhos esse mal nas possessões de sua orgulhosa pátria” (Sena Madureira, 1982, p. 10). Mais uma vez, a origem estrangeira é abordada como argumento de parcialidade em sua análise.

Sua posição sobre os motivos que levaram à deflagração da guerra segue um caminho argumentativo muito claro: defender as ações nacionais. Todas são justificadas e explicadas como respostas aos ataques paraguaios. O Brasil entrou na guerra pois não houve outra escolha:

São assaz conhecidos os motivos que nos levaram a empunhar as armas, para repelir o inimigo que inesperada e traiçoeiramente invadiu uma de nossas mais importantes províncias, aprisionou um alto funcionário e outros súditos brasileiros, que sob a bandeira da paz e fé de tratados, até então nunca violados, navegavam nas águas da República, levando a morte, o roubo, a desonra e a destruição por onde passavam suas bárbaras cortes! (Sena Madureira, 1982, p. 10).

Critica seu posicionamento e seus critérios, convidando-o a “consultar os jornais e escritos da época com mais atenção e critério do que empregou” (Sena Madureira, 1982, p. 10). As ações violentas, denunciadas por Thompson, são amplamente defendidas, justificadas ou simplesmente devolvidas, como é o caso da batalha de Riachuelo: “assunto de tanta magnitude é pelo autor tratado pobremente, ou por ignorância dos fatos, ou por falta de entendimento próprio”:

O entusiasmo foi grande e geral, diz o Sr. Thompson, quando proclamou o ditador em frente da tropa de embarque, e que ao dizer-lhe que trouxesse alguns prisioneiros respondera: “Para que queremos prisioneiros? Los mataremos a todos. – No, dijo Lopez, es bueno que traigan algunos.” Esta cena é ridícula e somente no Paraguai, nessa China americana, se poderia dar (Sena Madureira, 1982, p. 13).

O estilo de escrita de Thompson não passa impune ante as críticas de Sena Madureira. O brasileiro reclama de sua falta de cuidado ao narrar as cenas de batalha. Segundo comenta, Thompson foi incapaz de “traçar a sublime epopeia que por muitas horas presenciaram as águas do majestoso Paraná”, na batalha do Riachuelo e, no lugar de descrever visualmente a cena, em uma construção épica, “esboçou apenas uma relação de combate, tão confusa, que ideia alguma se pode fazer dele depois de semelhante e obscura leitura” (Sena Madureira, 1982, p. 14). Seu posicionamento é de que as batalhas deveriam receber um trato condizente com sua relevância para a história dos países envolvidos. Em texto, um quadro deveria ser pintado, “que para sempre estampado ficará na memória e no coração de todo o brasileiro que amar as glórias de seu país”. Outros autores o fizeram, de

“penas mais bem aparadas e autorizadas lançaram luz sobre essas páginas de ouro da nossa história naval”. (Sena Madureira, 1982, p. 14).

Pouco adiante, o autor não fica satisfeito com a crítica e resolve fazer uma demonstração, expondo sua escrita. Em sua cena de batalha, a imagem da floresta “*Amazonas*” sobre o rio Parnaíba é apresentada como a “queda de uma avalanche”, como a “lava do Vesúvio” que transborda pelo rio, como o “fluxo do mar” que invade terras, praias e cidades. Uma cena tão estonteante que caía sobre os inimigos causando desesperança, uma cena tão brasileira como um exército a postos para realizar sua defesa. Sena Madureira encena os gritos e as agonias do inimigo, o choque entre as embarcações e, principalmente, o “impávido vulto homérico do almirante brasileiro” (Sena Madureira, 1982, p. 15). Aqui marca e destaca, além da contemplação de sua *epopeia*, a presença de um elemento essencial de sua construção narrativa: um grande personagem. Sena Madureira (1982, p. 14) nos faz “contemplar no meio desta luta de gigantes a figura imponente e majestosa do chefe Barroso!”, descrevendo uma cena heroica e uma imagem glorificada de um homem com “uma impassibilidade marmórea” comparado à “estátua de Hércules, assistindo a um combate de titãs!”. Com a adição do personagem, a narrativa de Sena Madureira é teatral, descreve uma cena, fantasia sobre o “movimento de suas sobrelanceiras”, sobre o “enérgico franzir de seus lábios”, “o relâmpago que de seus olhos se despede”. Sua descrição vai além do físico e tenta acessar a mente e os sentimentos de seu herói, quando “uma ideia sublime, rápida como um sonho, perpassa-lhe pela mente abrasada pelo ardor da luta, o coração pulsa-lhe veemente e diz-lhe que sim!!” (Sena Madureira, 1982, p. 14). Ao demonstrar a ausência desse elemento visual na narrativa de Thompson, Sena Madureira apresenta o seu próprio modo de fazer ver, explorando a dimensão imagética que constituem suas considerações de nacionalidade nas cenas de guerra narradas. Com esse recurso, Sena Madureira explora uma retórica pictórica (Cardoso, 2019) para posicionar a maneira sobre o qual considerava pertinente representar os cenários e personagens caracteristicamente brasileiros nessa história da guerra.

Por meio das críticas direcionadas a George Thompson e pelo próprio exercício narrativo demonstrado, Sena Madureira demonstra quais práticas e escritas valoriza para a historiografia da Guerra do Paraguai. Sua defesa sobre o que considera como imparcialidade é mais que recorrente, busca retirar a autoridade de Thompson pelos mais diversos motivos. Seja por sua posição ocupada durante a guerra, ao lado de López, ou por um caráter mais

técnico, expõe o que é falso pela parca e malfeita consulta de fontes, mas sua preocupação é também com estilo. Sua própria escrita, como vimos, não declara quais fontes foram consultadas. Em sua cena, Sena Madureira compõe um imaginário visual e sensível sobre as batalhas, cenários e grandes homens que participaram da guerra. Suas metáforas expõem o caráter ficcional, não criticado ou problematizado, de seu discurso, que, como argumenta Michel de Certeau (2023, p. 47), instaura “coerências a partir das quais venha a produzir-se uma ordem, um progresso e uma história”. Sena Madureira acomoda seu grande personagem, os pequenos combatentes e o cenário natural da batalha em uma lógica imperial épica dos atos de guerra, um bravo país a se defender.

### **A necessidade de Paranhos**

Como no caso anterior, a publicação de *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguay*, escrito pelo autor alemão Louis Schneider, recebeu imediatamente uma réplica nacional, dessa vez realizada através de volumosas notas de rodapé adicionadas à tradução brasileira, realizadas pelo membro de IHGB José Maria da Silva Paranhos, ou Barão do Rio Branco, que acompanham toda a narrativa dos dois volumes de Schneider. A palavra “acompanham” talvez não seja a melhor para ilustrar o peso das notas de Paranhos na obra. Seus comentários, na verdade, ocupam e reivindicam espaço físico nas páginas dos dois grandes volumes, por vezes expulsando o texto original, fazendo com que as folhas quebradiças pareçam por si só um campo de batalha.

Para vias de introdução, apresentarei os personagens, comentadores e autores deste segundo caso. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, é descrito por meio de muitas funções, além de sua extensa atuação como diplomata, pela qual geralmente é considerado e estudado, e realizou muitos trabalhos em historiografia, em especial biografias. Foi aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1867, com o texto *Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo*. Com a Guerra do Paraguai, sua atenção foi dirigida ao evento e seus precedentes, sendo que produziu e publicou artigos e desenhos relativos à guerra para revistas nacionais e europeias. Assim, Paranhos Júnior é um nome relevante para o cenário político e intelectual de seu período de atuação, sendo voz de defesa ao império durante a guerra, o que o levou a dirigir e ordenar a publicação nacional do livro de Louis Schneider.

O livro, publicado em alemão um ano após o fim da guerra, teve tradução encomendada pelo governo imperial. Manoel Thomaz Alves Nogueira ficou encarregado da tradução e Paranhos de revisar e anotar o livro inteiro. E de fato o fez. Na maioria das páginas, suas notas são visualmente protagonistas, ocupando grande espaço mesmo com a caixa baixa da tipografia. Nos casos mais extremos, mas não raros, o texto original do autor alemão é apertado em duas ou três linhas no topo da página. Desse modo, com essa avaliação tão minuciosa, a obra apresenta uma grande mostra de práticas consideradas boas ou ruins para a escrita da história da Guerra do Paraguai.

No prólogo, Paranhos afirma que sentiu a “necessidade” de examinar o que se havia publicado sobre a guerra até então, bem como de recorrer aos arquivos das Secretarias de Estado da Guerra para solicitar informações de testemunhas oculares e fidedignas” (Paranhos, 1902, p. 5). Com as “retificações e aditamentos” realizados, assegura que “a tradução da obra do Sr. Schneider poderá vir a ser consultada com proveito por quem houver de tomar a si a dificultosa empresa de escrever a história da guerra do Paraguai” (Paranhos, 1902, p. 6).

Portanto, admite de início que o autor alemão talvez não tivesse de fato realizado esse mérito. Como acrescenta, ainda que Schneider tenha reunido em texto os principais feitos da guerra, Paranhos teve que tirar a limpo muitos outros fatos que os escritores estrangeiros adulteraram, tomados de despeito, ou dominados de ódio pelo Brasil. A questão é mais uma vez complexa, somados aqui a proximidade temporal do estudioso com os acontecimentos à parcialidade e suspeita sobre autorias não brasileiras. Um processo de limpeza ficcional - “como se ele só conseguisse produzir a verdade pela identificação do erro”, como argumenta Certeau (2023, p. 46) -, identificar o errôneo caracteriza o discurso técnico que autoriza o historiador a falar em nome do real. O resultado aqui é um livro recortado, remendado, inteiramente costurado e atravessado por uma operação autoral de correção. O que deveria ser uma visão estrangeira de um evento nacional torna-se uma visão nacional sobre um escritor estrangeiro.

As intenções de Schneider poderiam ser as melhores. Seu objetivo, como declara em prefácio, era colocar em texto o “mais acurado exame do teatro da guerra, do pessoal e do material dos beligerantes e das influências diplomáticas” (Schneider, 1902, p. 7). Queria atrair o interesse europeu a esse evento tão inteiramente diverso e, segundo ele, fora das normas europeias. A alteridade de seu olhar se espelha nos personagens e na localização de

sua narrativa. Escreve sobre sul-americanos para olhos europeus que ainda não haviam se recuperado, como cita, “das batalhas feridas na Europa em 1866 e em 1870 e 1871”<sup>3</sup> (Schneider, 1902, p. 9). Para um continente em guerra, poderia ser interessante ao leitor encontrar outra, finalizada e domesticada em texto. A última frase do prefácio é enfática: “se for considerado imparcial, terei preenchido meu intuito” (Schneider, 1902, p. 9). Apresento então o que seu comentador avaliou.

Desde o início do livro, Paranhos demonstra que seu próprio trabalho foi minucioso. Suas notas se ocupam com correções que considera pontuais, como datas erradas ou confusas, nomes de embarcações, tropas e localizações, além de questões de suma importância, como discursos e pronunciamentos mal traduzidos e notícias falsas. Mesmo as notas pontuais são expandidas, como a nota 3 da página 5, que deveria corrigir apenas um erro de data, uma diferença de um dia. Não se contentando, Paranhos discorre longamente sobre o tema da ocupação da praça de Montevideo, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 1817, não no dia 19, como consta no texto. Para localizar sua correção, no entanto, o anotador dá detalhes sobre a quantidade de soldados e tropas brasileiras envolvidas, bem como os antecedentes que explicam esse episódio e as consequências que se estendem pelos anos seguintes.

Schneider também segue por esse padrão e dedica os primeiros capítulos de seu livro aos precedentes da guerra. Paranhos o acompanha linha a linha, palavra por palavra. As notas que faz sobre as batalhas e eventos que precederam a Guerra do Paraguai seguem uma orientação coesa: dar as provas de que o Brasil “não abrigou os planos de conquista que lhe têm sido atribuídos”. Essa acusação é infundada a partir de um olhar posterior e, como diz, - “em 1870 depois de terminar a sanguinolenta Guerra do Paraguai, deve ter desiludido a todos os que em boa fé lhe imputavam tais planos” (Paranhos, 1902, p. 20) -, a conclusão deveria ser comum, fruto de uma boa leitura dos documentos.

Se no período da Guerra da Cisplatina (1825-1828), durante o governo de Pedro I, isso se fez parecer, é devido ao fato de que, naquele momento, “o império obedecia ainda as tendências e a velha política da metrópole”. Conclui com a exposição de um sentimento nacional: “O que desejamos sinceramente é que os nossos vizinhos nos deixem em paz.

---

<sup>3</sup> O autor se refere aqui a batalhas que compuseram a Guerra Austro-Prussiana (1866) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).



Territórios temos de sobra” (Paranhos, 1902, p. 20) e complementa: “Sendo também a guerra antipática ao povo brasileiro, viu-se o imperador afinal constrangido a aceitar propostas de paz” (Paranhos, 1902, p. 16). Nos anos precedentes à guerra, Pedro I, segundo declara, era voto vencido na Câmara dos Deputados e pouco pôde agir segundo suas convicções. Diferente da maioria das críticas de Sena Madureira que, como vimos, foca em uma questão de imparcialidade e estilo, a argumentação de Paranhos é sempre acompanhada por fontes fundamentadas, exemplificada, nesse caso, pelos pronunciamentos dos deputados em sessão.

A nota 3 da página 18 ocupa metade da folha, fazendo com que o texto original tenha apenas 5 linhas na página 19, e se estende até a página 20. Seu conteúdo apresenta por si só uma história: a do “sanguinário General Rosas”. Paranhos considera necessário contextualizar detalhadamente o que Schneider chama de “invasão brasileira ao Uruguai”. Diz:

*Não precisamos recordar aqui os horrorosos atentados que praticou para exterminar o partido unitário, afogando em sangue sua pátria. São fatos muito recentes, e que ainda estão na memória de todos. (Paranhos, 1902, p. 18).*

Com essa lembrança, Paranhos presentifica os atos traumáticos de Rosas em um exercício de memória, mesmo que 30 anos separem seu texto dos acontecimentos narrados. E novamente o faz com fontes, - “as palavras que precediam todos os documentos oficiais desse tempo”, - dizendo que “até mesmo as peças diplomáticas, definem bem o célebre ditador” (Paranhos, 1902, p. 18).

Até efetivamente tocar na deflagração da guerra, o texto de Schneider é um amontoado de erros e incertezas aos olhos de Paranhos. O comentador diz o tempo todo que “o autor engana-se”, que isto ou aquilo é inexato, que o autor equivoca-se e, na verdade, refere-se a outra coisa, que isso é confuso e merece esclarecimento, ou que o autor não foi justo nessa ou naquela exposição, às vezes por ignorância, quando o “autor não se mostra perfeitamente inteirado” (Paranhos, 1902, p. 35) dos fatos e às vezes por confiar demais em suas fontes.

Como dito, Paranhos pretende fazer justiça perante a uma imagem internacional, justiça ao país, ao imperador, aos soldados, mas, especialmente, à história. Sobre isso, diz o seguinte:

No Rio da Prata procura-se sistematicamente persuadir ao povo que somos uma raça despida de brio e de valor, e isso não obstante um sem número de feitos brilhantes que registra a nossa história militar, desde o tempo das lutas com os franceses, holandeses e espanhóis, até as nossas contendas no sul, a partir do século XVII. Em geral não conhecem os nossos vizinhos a história do Brasil e quanto as nossas operações militares no Rio da Prata, adulteram os fatos para apresentá-los sempre sob um aspecto desfavorável. Julgam que nos insultam falando sempre em Sarandy e Ituzaingó, como se houvesse vergonha em não alcançarem as nossas tropas a vitória. Nas vitórias que alcançamos no século passado, e nas que obtivemos em 1801, em 1811 e 1812 e de 1816 a 1820 não falam senão muito ligeiramente os escritores do Rio da Prata, e quando mencionam esses combates é sempre para nos deprimir: o mesmo sucede quando a imprensa desses países se refere aos fatos da última guerra. A nossa história militar, porém, é muito anterior a de todos os outros povos da América, pois já nos séculos XVI e XVII adquiriram renome na Europa os filhos do Brasil pelo seu patriotismo, constância e intrepidez. Os cronistas franceses e holandeses, particularmente os historiadores que se ocuparam com a heroica resistência que durante 30 anos opuseram os brasileiros ao domínio holandês, fizeram-nos todos justiça (Paranhos, 1902, p. 49).

E é assim que vê Paranhos as situações de trauma. Onde autores estrangeiros acusam massacres, o comentarista brasileiro vê atos heroicos no mínimo justificáveis. Muito difere seu julgamento quando o assunto são os atos de Rosas, por exemplo. A última guerra, como cita, ou a última catástrofe, nesse momento, portanto, já tem lugar na história militar brasileira. Sem precisar citar desastres como os massacres de Assunção nesse momento, por exemplo, Paranhos já defende as ações nacionais. Este evento é encerrado rapidamente. Há de, então, fazer-se justiça perante os europeus e os vizinhos sul-americanos.

Eventualmente, no decorrer do texto, sua crítica se estende sobre outros nomes, outros autores e tradutores que lidaram diretamente com a Guerra do Paraguai, como o inglês George Thompson, o mesmo para o qual Sena Madureira dedicou sua resposta. Sua utilização de Thompson é recorrente e curiosa. Na maioria dos casos em que o cita, o faz para demonstrar como Schneider é desonesto em suas afirmações. Muito do que se diz, segundo Paranhos, é, na verdade, apenas uma (má) leitura do livro do inglês. “Todos estes dados são extraídos da obra de Thompson”, diz, ou ainda, “traduzimos este documento de Thompson, porque o Sr. Schneider o publicou com algumas omissões” (Paranhos, 1902, p. 141). Os exemplos são inúmeros nesse caso, mas, ainda assim, Thompson não é para

Paranhos um bom exemplo de todo, “mostrando-se mais parcial que o próprio *Semanário* (Paranhos, 1902, p. 264), e sua aproximação com Lopez é recorrentemente lembrada.

Em todo este capítulo o Sr. Schneider deixou-se levar pelas inexatidões de Thompson e do *Semanário*, sem examinar os documentos oficiais brasileiros. Vem daí a confusa descrição que faz da batalha do Riachuelo. Procuramos por isso retificar com o maior cuidado o texto alemão, valendo-nos das peças oficiais e das informações de algumas testemunhas oculares (Paranhos, 1902, p. 169).

Ou, ainda, retira-se deste a autoridade militar, algo também realizado por Sena Madureira em seu livro:

A verdade, porém, é que Thompson, como ele próprio confessa no capítulo XXVII da sua obra, e como o atesta esse capítulo, não passava de um *curioso em matéria de engenharia militar*. Era um moço de habilidade, trabalhador, submisso, amável e insinuante, mas nunca o ditador Lopez, que o estimava e protegia, deu aos seus conhecimentos militares a mínima importância (Paranhos, 1902, v. 2, p. 92).

A falha de pesquisa é reiterada. Schneider não consulta os documentos corretos e não realiza as comparações necessárias. Thompson, para ele, torna-se uma referência não (ou pouco) citada. Cabe a Paranhos deixar claro todas as situações em que quem está falando é, na verdade, Thompson. Por mais que as fontes que valorize fossem variadas, incluindo relatórios oficiais, artigos de jornais (que não fosse o *Semanário* ou outro jornal vinculado ao governo paraguaio), relatos de soldados e testemunhas oculares (brasileiros, de preferência), além de crônicas, memórias e diários, Schneider não as utiliza com o devido critério necessário. Alinhado, mais uma vez, com Sena Madureira, reitera sua crítica também aos tradutores argentinos que publicaram o livro de Thompson, acusando-os de “por vezes corrigir o texto no sentido de escurecer ainda mais a parte que ao Império coube nesta guerra” (Paranhos, 1902, p. 162). Conclui sobre o tema:

Este trabalho do Sr. Schneider, como o leitor terá notado, foi escrito com grande precipitação e daí o desalinho e confusão em sua narrativa. [...] Os comentadores de Thompson levam o seu patriotismo ao ponto de suporem que o general Mitre acertou sempre durante a guerra do Paraguai, sendo todos os erros devidos á imperícia dos generais brasileiros. Os documentos que publicamos mostrarão que todos, Brasileiros e Argentinos, erraram muitas vezes; e não podia deixar de ser assim quando lutavam contra o desconhecido (Paranhos, 1902, v. 2, p. 90).

Paranhos, ainda que diga no prólogo que não se preocuparia com questão de forma, e sim de fatos, apresenta evidentes críticas aos critérios adotados pelo escritor alemão, suas fontes são frequentemente confrontadas com outras, especialmente em relação a documentos oficiais. Sempre que Schneider cita o jornal paraguaio *Semanário*, Paranhos trata logo de desqualificá-lo. Corrige, dá e tira o crédito de suas fontes e, ainda, as cita quando o autor não o faz, indicando os arquivos e convidando o leitor a verificar por si mesmo. Por fim, reúne todo esse trabalho em um grande Apêndice ao fim do livro, que estrutura e dá suporte a todas as suas correções e comentários. Paranhos expõe seu próprio trabalho, seus métodos e critérios para evidenciar as falhas do trabalho de Schneider.

Respondendo, por fim, ao desejo de Schneider de ser considerado imparcial, Paranhos ainda consegue ser justo com o autor. Seu texto é útil, com certeza. Uma vez corrigido e discutido, apresenta um satisfatório balanço de acontecimentos e documentos que podem servir a quem interessar escrever sobre a história da Guerra do Paraguai. O livro é transformado em referência quando, e apenas, somado às correções. Parcial não pelo caráter do escritor alemão, mas por se utilizar das fontes erradas, essas sim parciais. Por confiar demais no *Semanário* e por se apoiar demais em autores mais suspeitos, como o inglês George Thompson, alvo dos comentários de Sena Madureira. O problema, portanto, reside em critério crítico, de prática historiográfica. Aos olhos de Paranhos, a imparcialidade seria realizada com a comparação entre as fontes questionáveis e os documentos oficiais. Se Schneider não fez em texto, ele o fez em nota. Como conclui, “o leitor deve estar prevenido contra a exposição do autor” (Paranhos, 1902, v. 2, p. 154).

### **Considerações finais: a urgência da defesa**

Com as análises, fica evidente como Sena Madureira e Paranhos estruturam suas defesas. Para além do campo de batalha, estes autores colaboram com a construção de um Brasil pacífico que, mesmo em guerra, só lutou e matou quando necessário. Para a historiografia, naquele momento, isso teve de ser rapidamente estabelecido. Textos tão perigosos quanto os de Schneider e Thompson não deveriam circular livremente pelas prateleiras e bibliotecas do país, disponíveis aos públicos brasileiros. Recepcionar, criticar, traduzir, comentar e, por fim, corrigir estes textos configuram por si atos historiográficos, que não apenas compõem as narrativas originais, mas alteram, de fato, suas informações e

posições descritas. Ainda, não se trata apenas de alterações factuais ou pontuais, mas, sim, de aplicar seus próprios projetos de escrita de história. As críticas são profundas e ultrapassam a superfície dos fatos, buscando atingir as práticas que fundamentam as histórias narradas, relacionando-se, assim, com uma posição de defesa nacional, implicada em definições sobre como a história da Guerra do Paraguai deveria ser escrita naquele momento, tendo como preocupação primeira o modo como o Brasil seria localizado nessa narrativa em uma disputa intelectual que excede os campos de batalha, bem como o próprio período temporal delimitado pela duração da guerra. Seus acréscimos, críticas e correções, inteiramente violentos aos textos originais, fizeram com que estes fossem pacificados e domesticados aos possíveis futuros leitores, brasileiros ou não. Os comentaristas brasileiros aplicaram ali seus critérios, suas avaliações, suas práticas e, por fim, suas escritas, compondo um regime específico de escrita da história, encarregado de tratar sobre a guerra em seu presente. Concordando com Isadora Maleval (2015), fica evidente que Paranhos e Sena Madureira injetaram sobre as obras corrigidas uma posição compartilhada de instituições brasileiras, como o IHGB, o exército e o próprio governo imperial nos aspectos que tocam à diplomacia, por exemplo. O presente dessa guerra recém-encerrada e a problemática imagem histórica que o Brasil poderia construir para seus vizinhos sul-americanos e, de maneira mais preocupante, para a Europa, significaram um incômodo sobre o qual foi imperativo e urgente tratar, talvez um incômodo maior do que a própria catástrofe da guerra que produziu essa mesma imagem.

## Referências

AMORIM, Gabriel Barbosa da Silva. "Obras primas de nossa literatura militar": expectativas e recepções às narrativas de guerra de Alfredo Taunay e Euclides da Cunha. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

CARDOSO, Eduardo Wright. A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

CERTEAU, Michel de. História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

HARTOG, François. Evidência da História: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_; LENCLUD, Gérard. Régimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. L'état des lieux en sciences sociales. Paris: L'harmattan, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAESTRI, Mário. A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

MALEVAL, Isadora Tavares. Entre a arca do sigilo e o tribunal da posteridade: o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. São Paulo: Ed. da Unesp, 2019.

MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. Historiografías, Zaragoza, n. 5, p.11-31, jun. 2013.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). Escrever História: Historiadores e Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Barão do Rio Branco como Historiador. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, v. 69, p. 11-35, out. 2011.

SCHNEIDER, Luiz. A guerra da Triplice Aliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902. 2 v. Notas e apêndices de José Maria da Silva Paranhos.

Semana Ilustrada. Rio de Janeiro, v. 225, abr. 1865.

SENA MADUREIRA, Antonio de. Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da "Guerra del Paraguay" e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: Editora UNB, 1982. Prefácio de José Vitorino de Barros.

THOMPSON, George. A guerra do Paraguai: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.